

INCLUSÃO E EXCLUSÃO DIGITAL E A RELAÇÃO COM OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Nathália Rodrigues Chaves¹
Adriana Rodrigues da Silva²

Eixo 3 - Profissionalidade docente

Resumo: O crescente uso das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) desempenha um papel relevante na contemporaneidade gerando mudanças na sociedade e em como as pessoas vivem, a Educação vivencia diversos impactos dessa mudança. Nesse sentido, nossa pesquisa tem por objetivo realizar uma revisão sistemática para analisar que relações podem ser feitas entre a inclusão e a exclusão digital e os marcadores sociais da diferença. A revisão sistemática foi realizada com artigos, dissertações e teses, entretanto, devido ao limite da extensão do trabalho submetido ao evento serão apresentadas somente a análise dos artigos. O conceito de Exclusão Digital é apresentado por meio de vários elementos e aspectos, entretanto precisa ser entendido para além da dicotomia acesso ou falta de acesso a TDIC. Em relação aos marcadores sociais das diferenças, embora esse conceito não tenha sido objeto de estudo nas pesquisas analisadas, podemos inferir que a análise da exclusão digital sob essa perspectiva poderá trazer importantes e inéditas elucidações sobre o tema, tendo em vista que não foi localizado nenhum estudo que fizesse essa relação.

Palavras-chave: formação docente; tecnologias digitais da informação e da comunicação; desigualdades digitais.

Introdução

O crescente uso das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) desempenha um papel relevante na contemporaneidade gerando mudanças na sociedade e em como as pessoas vivem, a Educação vivencia diversos impactos dessa mudança.

Entretanto, o processo de apropriação das TDIC pela sociedade é desigual, tanto no que refere ao acesso aos meios como em seus usos, como afirma Lévy (1999, p. 237) “[...] cada novo sistema de comunicação fabrica seus excluídos. Não havia iletrados antes da invenção da escrita. A impressão e a televisão introduziram a divisão entre aqueles que publicam ou estão na mídia e os outros”, nesse sentido com o advento das TDIC, a exclusão digital se torna uma realidade no contexto contemporâneo.

Dessa forma, o contexto explicitado suscita questionamentos sobre como a Educação vem se apropriando das TDIC e mais especificamente como a formação de professores tem se constituído frente às transformações influenciadas pelas TDIC e a exclusão digital.

Na tentativa de buscar possíveis respostas para esses questionamentos acrescentamos ainda que estudos com estudantes dos Cursos de Licenciatura, como os de Sousa (2018) e Gatti *et al* (2009), apontam que a maioria desse público é das classes C e D, o que nos faz refletir sobre as condições objetivas desses estudantes frente às TDIC, pois principalmente “pelas restrições financeiras, tiveram poucos recursos para investir em ações que lhes permitissem maior riqueza cultural e acesso à

¹Mestre em Educação e participante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Narrativas Formativas (Gepenaf).

²Mestre em Educação e participante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Narrativas Formativas (Gepenaf).

leitura, cinema, teatro, eventos, exposições e viagens” (Gatti *et al.*, 2009, p. 14 *apud* Sousa, 2018, p. 22).

Analisar as referidas características citadas pelas autoras como recorrentes entre os estudantes dos Cursos de Licenciatura nos desperta ainda o interesse por encontrar uma “[...] maneira de denominar essas diferenças socialmente construídas e cuja realidade acaba por criar, com frequência, derivações sociais, no que se refere à desigualdade e à hierarquia” (Schwarcz, 2019, p. 11), dessa forma, o conceito de marcadores sociais da diferença nos acena como um caminho possível.

Raça, gênero, sexo, geração, classe, região são, assim, categorias classificatórias compreendidas como construções particulares (e referidas a determinados contextos específicos), locais, internacionais, históricos e culturais. Elas fazem parte das representações sociais das nossas mitologias, mas também possuem grande impacto no mundo real, uma vez que permitem a produção de identidades coletivas e também de hierarquias, bem como toda sorte de discriminações sociais (Schwarcz, 2019, p. 16).

Assim, as evidências supracitadas justificam a necessidade de estudos que permitam uma melhor compreensão das possíveis relações existentes entre os marcadores sociais da diferença e a exclusão e/ou inclusão digital de professores, na tentativa de contribuir com a construção de processos e políticas de formação de professores para o uso das TDIC que sejam cada vez mais contextualizadas com a realidade vivenciada por esses profissionais, pois, embora haja pesquisas sobre a formação docente e o uso das TDIC, não identificamos trabalhos que relacionem com os marcadores sociais da diferença, apesar de citá-los.

A “revisão sistemática”, como o próprio termo indica, consiste em revisar sistematicamente a literatura sobre algo que já foi produzido. De acordo com Campos, Caetano e Gomes (2023, p.146) ela pode ser entendida como uma “pesquisa que pesquisa outras pesquisas a partir de um sistema ou protocolo, de modo sistemático e rigoroso”. Nesse sentido, a “revisão sistemática apoia-se em estudos primários para responder a seu problema de pesquisa e, para isso, utiliza-se de objetivos, metodologia, resultados e conclusão que lhe são próprios” (Campos, Caetano, Gomes, 2023, p.146).

Existem diversos protocolos de revisão sistemática presentes na literatura, para essa pesquisa, será utilizada as estruturas propostas por Ramos, Faria e Faria (2014) que se encontra estruturado em oito passos, sendo eles: “objetivos; equações de pesquisa pela definição dos operadores booleanos; âmbito; critérios de inclusão; critérios exclusão; critérios de validade metodológica; resultados; tratamento de dados”.

Nesse sentido, nossa pesquisa tem por objetivo realizar uma revisão sistemática para analisar que relações podem ser feitas entre a inclusão e a exclusão digital e os marcadores sociais da diferença. A revisão sistemática foi realizada com artigos, dissertações e teses, entretanto, devido ao limite da extensão do trabalho submetido ao evento serão apresentadas somente a análise dos artigos.

Inclusão digital e exclusão digital: um olhar para os marcadores sociais da diferença

A reflexão acerca da exclusão digital nos permite superar a perspectiva de acesso ou não-acesso frente as TDIC, o acesso é apenas um primeiro passo e que, a outros elementos relativos à apropriação devem ser levados em consideração, entre os quais podemos exemplificar [...] a produção e uso de conteúdos específicos adequados às necessidades dos diversos segmentos da população (Sorj, 2003, p.63).

Araújo (2019) corrobora com esse entendimento acrescentando a perspectiva de

que é preciso a apropriação de diferentes habilidades para a superação da exclusão digital, tais como, (i) *operacional*; (ii) *informacional*; (iii) *comunicação* e (iv) *criação e compartilhamento de conteúdo*.

Cumpre destacar ainda que, as desigualdades digitais refletem as desigualdades sociais que são marcadas pelos marcadores sociais da diferença como apontam diferentes estudos

As desigualdades digitais apresentam forte correlação com critérios de renda e classe social, além da articulação com outros marcadores sociais da diferença, como cor/raça, gênero, idade e território. Embora a internet tenha se disseminado no Brasil no final dos anos 1990 entre as classes média e alta, foi apenas nos anos 2010 que se popularizou, especialmente por meio dos celulares, de custo bem mais baixo que o de computadores, do aumento do uso de redes de conexão 3G/4G [...]. Ainda assim, o Brasil segue marcado por intensas desigualdades digitais (Macedo; Parreiras, 2021, p. 5).

Seguindo essa perspectiva, quando se trata dos marcadores sociais da diferença, significa dizer que dentro da sociedade existem pessoas com suas especificidades que se diferenciam de outras, tais especialidades e características são construídas culturalmente pela sociedade e se tornando algo natural (Moutinho, 2014). Entretanto, nem sempre a diferença é algo relacionado à opressão, é necessário entender essa diferença contextualmente para compreender se ela resulta em opressões ou formas democráticas de agência (Brah, 2006).

Por outro lado, é importante destacar ainda que o desenvolvimento tecnológico “passou a ser uma das dimensões do desenvolvimento, como a luta contra a exclusão digital é uma das dimensões da luta contra a pobreza e a desigualdade social”(Sorj, 2003, p.73).

Um exemplo disso foi a recente pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 que impôs diferentes desafios à sociedade, refletidos na educação, que necessitou migrar para o ensino remoto rapidamente, neste período, “[...] a desigualdade ficou bem perceptível, pois nem todas as pessoas tinham/têm alguma tecnologia digital ou acesso à internet para trabalhar ou estudar de forma remota” (Yong; Forneck, 2022, p. 431), restringindo ou limitando o acesso a educação de milhares de estudantes, especialmente os de menor poder aquisitivo.

Em contrapartida, diferentes políticas foram propostas para mitigar esses efeitos da exclusão digital, entretanto, “a conectividade não é propícia para o uso. Em muitos casos, há tecnologias digitais, contudo a conexão de internet é precária, impossibilitando, muitas vezes, a sua utilização” (Yong; Forneck, 2022, p. 431).

Frente a esse cenário o que se detecta é uma tentativa de superação da exclusão digital por meio da disponibilização de recursos tecnológicos e internet precários que não permitem o pleno acesso e utilização desses recursos. Ao que parece os demais níveis, quais sejam, realizar buscas, produzir e compartilhar conteúdos ficaram extremamente prejudicados ou sequer ocorreram. O que nos permite inferir que por mais que existam políticas elas ainda não permitiram a superação da exclusão digital e por esse motivo as desigualdades sociais são reforçadas.

Na educação podemos afirmar ainda que superar a exclusão digital é possibilitar aos docentes e discentes o domínio das dimensões supracitadas bem como a capacidade crítica frente às TDIC como nos alerta Belloni (2001) como ferramentas pedagógicas mas também como um objeto de estudo complexo e multifacetado.

Essa perspectiva pressupõe o desenvolvimento de políticas educacionais, especialmente de formação de professores, voltadas para a formação de sujeitos críticos e conscientes dos limites e possibilidades das TDIC contribuindo com a inclusão digital na medida em que possam integrar as TDIC como meios e não como fim.

Revisão sistemática

Para dar início a revisão, é primordial que se prepare a pergunta de pesquisa, pois ela está relacionada ao objetivo que se pretende alcançar, e partir dessa pergunta, guiamos a revisão sistemática. Nesse sentido, para analisar as contribuições, centramos nosso olhar nas seguintes questões: qual a concepção de inclusão e exclusão digital? Qual o público alvo das pesquisas? Que relações entre os marcadores sociais da diferença e a inclusão/exclusão digital podem ser feitas?

As equações de pesquisa correspondem aos termos que serão consultados nas bases de dados por meio das combinações com os operadores booleanos AND, OR, NOT. Na pesquisa foram utilizados os termos “formação de professores” AND “inclusão digital” OR “exclusão digital” e “formação docente” AND “inclusão digital”. O âmbito da pesquisa corresponde às bases de dados que foram utilizadas para fazer as pesquisas, no caso, foi utilizado o Portal Periódico Capes.

Os critérios de inclusão, demarcam o que uma pesquisa se torna elegível, nesse caso os critérios são: artigos produzidas entre 2014-2024, que trataram da formação docente, utilizam o termo “inclusão digital” ou “exclusão digital” em seus títulos, palavras chave ou resumo, além de produções na área da educação. Consequentemente, foram excluídos trabalhos que não são da área da educação, que utilizam as palavra “exclusão” e “digital” ou “exclusão” e “digital” separada, ou seja, que não se refere ao termo aqui investigado, ou que tratavam de inclusão/exclusão digital e não tivesse como público a formação docente.

Quadro 1 - Síntese dos resultados dos artigos

Autor (Ano)	Objetivo	Sujeitos pesquisados
Martins, Rigoni, Ferreira, Carvalho (2022)	Analizar como os estudantes de licenciatura em educação física, integrantes do programa residência pedagógica, experienciaram a docência da disciplina durante a pandemia de COVID-19	15 estudantes de licenciatura em educação física, integrantes do programa residência pedagógica
Yong, Forneck (2022)	Investigar como as tecnologias digitais são integradas em um Curso de Licenciatura em Letras - Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola na formação inicial de professores	Docentes e acadêmicos de um Curso de Letras
Sudério, Ribeiro (2022)	Investigar os impactos da pandemia nos estágios das licenciaturas em ciências biológicas em condição emergencial de aulas remotas	Produções acadêmicas publicadas entre o início dos anos de 2020 e 2022 que buscaram contribuir com as discussões sobre os desafios do ensino remoto emergência nos estágios das licenciaturas em ciências biológicas
Alves e Silva (2017)	Investigar as prováveis mudanças que uma formação docente online pode promover na literacia digital e inclusão sociodigital dos professores participantes	Alunos do curso de licenciatura em Física a Distância da UFT ingressantes em 2010 e 2012 nos respectivos vestibulares realizados pela instituição
Marcon Goedert (2023)	Identificar o acesso às tecnologias digitais de rede e à internet pelos estudantes e equipe docente do curso	Discentes e docentes do Curso de Pedagogia

Fonte: Portal Periódico Capes (2024)

Organização: as autoras.

A exclusão digital é apresentada nos artigos pesquisados por meio de diferentes perspectivas, a primeira versa sobre a falta de acesso às tecnologias digitais e a internet,

conforme destaca Martins, Rigoni, Ferreira e Carvalho (2022, p.13) “na contramão da ideia de que vivemos em um mundo digital, a maioria da população não tem acesso diário à internet, não possui computadores ou celulares”.

Nessa mesma perspectiva a pesquisa de Costa (2020) acrescenta ainda que nas áreas rurais a exclusão digital é mais pronunciada, tendo em vista que “no Brasil, milhões de pessoas não têm acesso às tecnologias digitais, o que os torna partícipes do processo nomeado de exclusão digital e que se manifesta com maior evidência nas áreas rurais”(Costa, 2020, p.337).

Sudério e Ribeiro (2022) que investigaram as produções acadêmicas publicadas entre o início dos anos de 2020 e 2022 acerca dos desafios do Ensino Remoto Emergencial(ERE) nos estágios das licenciaturas em ciências biológicas, apontam que a exclusão digital foi o principal aspecto negativo e/ou dificuldade do ERE no processo de ensino aprendizagem e nos estágios supervisionados dos cursos de licenciatura em ciências biológicas.

Salientando, dessa forma, que a problemática da exclusão digital foi evidenciada no período da Pandemia de Covid-19 e revelou “a desigualdade social e a falta de inclusão tecnológica equânime, seja por falta de acesso a uma internet de qualidade, seja pela falta de equipamentos tecnológicos adequados” (Sudério e Ribeiro, 2022, p.10).

Na perspectiva de ampliação do conceito de exclusão digital autores apontam que existem “três situações em relação à rede: os conectados (dentro), os conectados com limites (marginalizados) e os não conectados (fora)” (Alves; Silva, 2017, p. 251), alertando para a necessidade de superação da visão estanque de excluídos ou incluídos digitalmente, pois:

[...] neste intervalo encontram-se indivíduos que embora tenham algum acesso às tecnologias, são desprovidos de equipamentos e softwares eficientes, não acessam a banda larga, possuem poucas competências para resolução de problemas técnicos e baixos níveis de literacia digital. (Alves; Silva, 2017, p.251).

Corroborando com esse entendimento, acrescenta-se ainda que medir a quantidade de computadores e consequentemente o número de acessos é insuficiente pois é necessário “[...]considerar a qualidade da conexão e o uso pleno das informações obtidas” (Alves; Silva, 2017, p. 254).

Yong e Forneck (2022) salientam ainda que a Inclusão Digital deve ser encarada como um direito de todo o cidadão, pois é necessária para o pleno exercício da cidadania. Para tanto três eixos de domínio das TDIC devem ser considerados: “1) Apropriação/ Fluência/Empoderamento Tecnológico; 2) Produção/Autoria individual/coletiva de conhecimento e de cultura; 3) Exercício da cidadania na rede (Marcon, 2015, p. 99)”.

Entretanto na pesquisa realizada por Marcon e Goedert(2023), realizado com discentes e docente de um Curso de Pedagogia na modalidade a distância, durante a pandemia de Covid 19, evidencia que ambos “sofreram com dificuldades de acesso à internet, falta de equipamentos ou com um acesso com baixa qualidade de conexão” (Marcon e Goedert, 2023, p.12) nos convidando a refletir sobre até que ponto podemos dizer que mesmo estudantes e professores optantes pela modalidade a distância, na qual as TDIC são imprescindíveis podem ser classificados como incluídos digitalmente.

As autoras salientam ainda que a pesquisa evidenciou “a necessidade de formação continuada pelos estudantes e equipe docente do curso, no que tange a apropriação técnica e pedagógica das tecnologias digitais de rede, considerando a mediação pedagógica das atividades de ensino-aprendizagem do curso. Fica evidente

que esta ainda é uma lacuna a ser reparada pelas universidades " (Marcon e Goedert, 2023, p.12).

Entendemos que a formação continuada de professores é uma condição essencial para que possamos garantir a Inclusão Digital de estudantes e docentes, é necessário acrescentar ainda que a formação inicial de professores também precisa ser incluída nessa agenda.

A pesquisa de Martins, Rigoni, Ferreira e Carvalho (2022), realizada com estudantes do Curso de Educação Física do Programa de Residência Pedagógica, no período no qual o ensino remoto teve que ser adotado em virtude da Pandemia de Covid 19, nos apresenta importantes reflexões acerca da formação inicial de professores para a Inclusão Digital, a primeira delas versa sobre a dificuldade que estes professores, em formação inicial, tiveram para elaborar vídeos curtos sobre os conteúdos a serem trabalhados nas aulas remotas, foi necessário criar um curso de formação com tal finalidade. Segundo os autores essa realidade nos permite inferir que “ atribuímos equivocadamente a esses jovens a ideia de que são “nativos digitais” e que tudo no meio tecnológico é fácil para eles” (Martins; Rigoni; Ferreira e Carvalho, 2022, p.9).

Outro resultado da referida pesquisa que nos traz elementos para a formação inicial é o seguinte:

Alguns residentes, por exemplo, apresentaram uma resistência em relação à exposição da própria imagem. Por mais familiaridade que tenham com a vida digital e por mais desinibição que tenham em relação ao uso de suas imagens nas redes sociais, ao se depararem com a necessidade de se exporem em vídeos ou aulas on-line, esses residentes se sentiram extremamente desconfortáveis e inseguros (Martins, Rigoni, Ferreira e Carvalho, 2022,p.10).

Algumas pistas são apresentadas pelos autores na tentativa de compreender esses resultados, e consequentemente apoiar os processos de formação de professores, como por exemplo, “à insegurança desses residentes em relação ao próprio domínio do conteúdo e da postura profissional”(Martins, Rigoni, Ferreira e Carvalho, 2022, p11).

Uma coisa é compartilharem a vida cotidiana nas redes sociais, outra coisa é se exporem publicamente tendo consciência de que, em alguma medida, terão seus conhecimentos sobre a área “avaliados” e julgados por colegas, preceptores, pais e alunos (Martins, Rigoni, Ferreira e Carvalho, 2022, p.11.)

Compreendemos assim como os autores supracitados que o conceito de Exclusão Digital precisa ser entendido para além da dicotomia acesso ou falta de acesso e que somente uma visão mais abrangente acerca dessa temática possibilitará ações e políticas que sejam efetivas para a superação dessa realidade e a conquista da Inclusão Digital.

A análise dos artigos evidencia ainda que, embora o conceito de marcadores sociais da diferença, não tenha sido fundamentação teórica desses estudos, diferentes marcadores associados à exclusão digital são identificados.

O marcador gênero, por exemplo, é evidenciado na pesquisa de Martins, Rigoni, Ferreira e Carvalho (2022) na medida em que demonstra que as estudantes mulheres mencionam mais dificuldades durante o período de ERE, pois precisavam conciliar os cuidados com os filhos, as tarefas domésticas e os estudos, além de um acesso precário à internet.

O marcador classe social também figura nas pesquisas pois, os participantes, em sua maioria pertencentes a classe social D, alegam que possuem uma velocidade de conexão muito abaixo dos padrões mínimos (Alves; Silva, 2017 e Marcon;Goedert, 2023. O marcador idade é referenciado na medida em que alguns artigos utilizam o

termo imigrantes e nativos digitais para distinguir a faixa etária dos participantes das pesquisas (Alves;Silva,2017 e Yong; Forneck, 2022).

Considerações Finais

O conceito de Exclusão Digital nos artigos analisados é multifacetada, indo desde uma perspectiva de falta de acesso às Tecnologias Digitais até uma visão mais abrangente que propõe que mesmo entre os que estão acessando as Tecnologias Digitais há uma disparidade considerável entre habilidades e finalidades de uso, portanto, há que se considerar que a superação da Exclusão Digital perpassa pelo acesso aos meios, mas também pela autonomia de uso, habilidades técnicas e variação de fins de uso da internet.

A necessidade de implementação de políticas que permitam a Inclusão Digital, é destacada em todos os artigos pesquisados, especialmente porque, milhares de brasileiros ainda não tem acesso à internet, realidade ainda mais evidente na nas áreas rurais, o que de certa forma nos leva a questionamentos sobre a ideia de que estamos imersos em um mundo digital.

Entretanto, somente a ampliação do acesso às Tecnologias Digitais baseada em estudos que consideram apenas os acessos e a quantidade de computadores nas residências, não é suficiente. É preciso considerar a qualidade dessas conexões e o uso pleno das informações obtidas (Alves e Silva, 2017).

Martins, Rigoni, Ferreira e Carvalho (2022) nos apresenta indícios de uma temática que suscita novas pesquisas, pois os estudantes de Licenciatura, considerados “nativos digitais” apresentaram dificuldades com o uso de sua imagem, algo corriqueiro em sua vida cotidiana nas redes sociais, nos vídeos gravados para as aulas no período da pandemia.

Sobre esse aspecto é importante destacar que a formação inicial de professores para a Inclusão Digital precisa ser construída com vistas a mera superação do domínio técnico das TDIC pois, conforme afirmam Martins, Rigoni, Ferreira e Carvalho (2022) as tecnologias na formação devem ser voltadas para uma cultura digital que problematize seus usos e possibilidades.

Em relação aos marcadores sociais das diferenças, embora esse conceito não tenha sido objeto de estudo nas pesquisas analisadas, podemos inferir que a análise da exclusão digital sob essa perspectiva poderá trazer importantes e inéditas elucidações sobre o tema, tendo em vista que não foi localizado nenhum estudo que fizesse essa relação.

Referências

ALVES, Elaine Jesus; SILVA, Bento Duarte da. Formação docente online: a inclusão sociodigital para além do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação. **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 242–262, 2017. Disponível em: <https://sistemas.ufpt.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/3971>. Acesso em: 30 out. 2024.

BARRETO, Edna Silva; ARAÚJO, Monica Lopes Folena. Estágio Supervisionado Obrigatório em Ciências Biológicas durante o Ensino Remoto Emergencial. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 29, p. e23024, 2023.

CAMPOS, Alessandra Freire Magalhães de; CAETANO, Luís Miguel Dias; GOMES,

Victor Márcio Laus Reis. Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas . **Linguagens, educação e sociedade**, [s. l.], v. 27, n. 54, p. 139–169, 2023. doi: 10.26694/rles.v27i54.2702. disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2702>. acesso em: 21 out. 2024.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3^a. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACEDO, Renata Mourão; PARREIRAS, Carolina. Desigualdades digitais e educação. **Ciência Hoje** , [s.l.], n. 383, p. 1-16, dez. 2021. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/desigualdades-digitais-e-educacao/>

MARTINS, Mariana Zuaneti; RIGONI, Ana Carolina Capellini; FERREIRA, Lorena Nascimento; CARVALHO, Leandro Kenner Rodrigues de. Aprendendo a ser professor longe da escola: a residência pedagógica na educação física em tempos de covid-19. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 25, 2022. DOI: 10.5216/rpp.v25.69556. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/69556>. Acesso em: 30 out. 2024.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. ja/ju 2014, p. 201-248. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>. Acesso em: 15 set. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Prefácio. In: Luis Felipe Kojima Hirano, Maurício Acuña; Bernardo Fonseca Machado (Org.) **Marcadores sociais das diferenças : fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia : Editora Imprensa Universitária, 2019, p. 8 18.

RAMOS, A.; FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão Sistemática de Literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo** Educacional, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, abr. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189130424002>. Acesso em: 12 out. 2024.

YONG, Lesly Diana Pimentel; FORNECK, Kári Lúcia. O letramento digital e as políticas de inclusão digital na formação inicial de professores de língua espanhola. **Revista Educação e Linguagens** , Campo Mourão, v. 11, n. 22, jul ./ dez 2022.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação / Bernardo Sorj. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar ED. ; Brasília, DF: Unesco, 2003.

SOUSA, Sandra Novais. **Professores iniciantes egressos do Pibid da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**: habitus e capital cultural em movimento. 2018. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.